

Apresentação de “A Guerra Peninsular”*

Eurico de Ataíde Malafaia

Senhoras e Senhores,

Depois de ter escutado atentamente o Ex.^{mo} Senhor Professor Doutor José Viriato Capela tenho que, grato e muito sensibilizado, agradecer-lhe o elevado nível e a generosidade da sua intervenção. Pela abrangência da sua brilhante palavra parece-me também que, tendo ficado tudo dito, eu nada teria a acrescentar. Reconheço porém que, como autor, devo minimamente deixar correr o pensamento para proferir algumas reflexões sobre o trabalho hoje apresentado e deixar brotar, do coração, algumas palavras quanto ao agradecimento que a todos devo.

Diante dos nossos olhos temos uma projecção do belo conjunto escultural erguido em 1933 na cidade de Lisboa e que, correntemente, é designado como *Monumento da Guerra Peninsular*. Neste monumento que, de facto, só recentemente observei de perto e que considero, esteticamente, como o mais interessante da capital, destacando nele, para além da sua forte expressão

* Texto lido na sessão de apresentação do livro “A Guerra Peninsular”, em sessão promovida pelo Arquivo Distrital de Braga em 30 de Outubro de 2007.

artística, pelo seu oportuno simbolismo, as citações camonianas, e algumas datas e referências a acontecimentos que adiante comentarei. É também indiscutível a grande beleza da expressão das figuras ali insculturadas, a guerrilha, os eclesiásticos e o povo, os verdadeiros heróis da luta contra o inimigo que, em 1807, nos invadiu. O artista *conseguiu impressionar-nos com o dramático das cenas que compôs em torno da base. No alto, em belas figuras de bronze, ergue-se a Nação liberta e vitoriosa enquanto alguns soldados expulsam a águia imperial napoleónica que sobre eles esvoaça.*

Deixadas as imagens sublimando a nossa recordação e o nosso patriotismo, desejo explicar a razão da elaboração do livro, que hoje aparece. Com verdade, creio poder anunciar três:

- Convidado há uns seis meses, a apresentar uma *comunicação* no Congresso sobre a *Guerra Peninsular*, que ocorre de 7 a 9 de Novembro na Fundação Gulbenkian, e informado de que a intervenção não podia exceder 20 mn, tive que ler tudo quanto possível para definir um tema que, nesse tempo, pudesse afirmar-se como útil. Daí resultou uma primeira ideia. Já no seguimento dela, e através de um inquérito muito subtil e em meios diferentes, junto de quase uma centena de pessoas, com um grau de cultura média-superior, à formulada pergunta *quanto à ideia que tinham sobre qual havia sido o período da Guerra Peninsular*, a resposta, quase geral, apontou para os cerca de três anos das invasões francesas! Talvez por menor atenção, a mesma noção temporal, encontra-se em diversos escritos de referência¹.
- O monumento, que depois observei em pormenor, dá ênfase, nas legendas que o integram, ao *Levantamento Popular pela Independência – Junho de 1808*; ao *Restabelecimento do Governo Nacional – 15 de Setembro de 1808* e ainda à intenção de prestar *Homenagem ao Povo e aos Heróis da Guerra Peninsular – 1808-1814*. Tanta repetição do ano 1808, pode levar a crer que, em termos de beligerância activa na península, ou relevante acção político-diplomática, nada se passou antes desse ano, o que é manifestamente inexacto.
- Finalmente, o carácter perturbador da leitura de notas sobre os *preliminares* dos diferentes Tratados, e o deles próprios, e as divergências entre os dois textos, deixou-me ainda a certeza de que, geralmente, os negociadores recebiam sempre um qualquer prémio – dinheiro, prendas, títulos, pro-

moções, etc. – pela considerada valia da sua intervenção negocial ou de redacção, muitas vezes francamente lesiva dos interesses nacionais que representavam.

Havia que investigar esta *Guerra Peninsular* em termos da sua própria duração e sobre os aspectos político-diplomáticos das negociações, tanto antes como depois do seu termo. Com o propósito da divulgação cultural do que pude aprender, dispus-me ao esforço de escrever o livro, hoje aqui apresentado por generoso entendimento da utilidade da sua edição por parte da Universidade do Minho, através do Arquivo Distrital de Braga, sua Unidade Cultural. Como português, sinto que a edição dos 1000 exemplares vai permitir, ao leitor menos esclarecido, um significativo ajustamento de ideias sobre a *Guerra Peninsular* confirmando, indirectamente, o papel fundamental que a Universidade desempenha na divulgação do conhecimento e, por isso mesmo, lhe expresso, na pessoa do seu mais lídimo Representante, a minha profunda gratidão. Faço-o igualmente, com os mesmos sentimentos, às Entidades e Instituições que, com o seu apoio, adquirindo exemplares da obra, possibilitaram tão larga edição e uma difusão tão ampla e criteriosa como é própria das Instituições Científicas – e nelas incluo os Pelouros Municipais da Cultura – que, em comunhão com os Distintos Patrocinadores, se congregaram nesse esforço. A todos, o benévolo Autor cumprimenta e agradece, muito reconhecidamente, não esquecendo o Exmo. Senhor Dr. Henrique Barreto Nunes, quer pelo seu empenho no diálogo em representação da Universidade, quer na gentileza das suas expressivas palavras nas *Notas de Apresentação* que precedem o texto, bem como nas de idêntico teor que aqui proferiu.

Posto isto, e agradecendo a V. Exas. o enriquecimento que a Vossa presença transmite a este acto solene, vou falar da linha mestra que segui na elaboração do trabalho apresentado, na convicção de que, em momento de crise nacional, onde a minha sensibilidade nos situa, *investigar, escrever e divulgar* são formas de combater, e aí encontrámo-nos todos unidos.

Se culturalmente aceitarmos entender a denominada *guerra peninsular* como um período de permanência de um estado de beligerância, com origem directa na revolução francesa, e como um conjunto de acções militares, ou afectações políticas que ocorreram na Península Ibérica, com intervenções de Portugal, contra a França ou contra a Espanha, aliadas ou inimigas uma da outra, temos de concluir

que essa guerra abrangeu um período que excede largamente o das invasões francesas. Olhemos um pouco para a cronologia dos primeiros acontecimentos.

É conhecido que, perante o facto consumado do juramento da Constituição para a França, por parte de Luís XVI, em 14 de Setembro de 1791, *o nosso ministro Luís Pinto de Sousa se empenhara quixotesicamente em pôr cobro à Revolução Francesa, não se cansando em propor Tratados de triplíce aliança entre Portugal, Espanha e Inglaterra e, entretanto, não se apercebendo que estas duas potências, a quem se dirigira, negociavam entre si, sem que Portugal o soubesse*². Não foram pequenas as humilhações que então, e com frequência, recaíram sobre Portugal, por inabilidade do seu ministro dos Estrangeiros e da Guerra.

Situemo-nos agora em 1792. A prisão de Luís XVI e de sua Família no cárcere do Templo, a 13 de Agosto, agravou a situação em toda a Europa. Ocorreu, quase de imediato, a constituição da primeira coligação de países (Prússia, Áustria e Piemonte) contra a *Convenção Nacional Francesa*. Em Outubro, a rainha D. Maria I, cuja crise de saúde se vinha agravando, caiu em estado de idiotia³, passando o Príncipe D. João a, oficiosamente, exercer uma Regência⁴ para a qual, obviamente, não estava preparado; sensivelmente, pela mesma altura, uma nova crise política em Espanha trazia ao governo⁵, como Primeiro-Ministro, o jovem e astuto D. Manuel Godoy que viria a desempenhar um trágico papel em tudo quanto sucedeu, durante anos, na política peninsular. Sabe-se igualmente que, pelo *Decreto da Convenção Nacional Francesa* de 19 de Novembro, a *Convenção se declarara disposta a exterminar todos os reis e libertar os povos pela força*⁶, *arrogando-se o direito de intervenção onde e sempre os povos quiserem recuperar a sua liberdade*.

Com a morte do rei em 21 Janeiro de 1793, alarga-se a Coligação entrando nela a Inglaterra, a Espanha, o Reino de Nápoles, a Holanda e, um pouco mais tarde, Portugal, como veremos. No dia 24 de Fevereiro a Convenção *chamou às armas 300.000 homens* e, logo a 7 de Março, declarou guerra ao Rei de Espanha. Este, a 25 do mesmo mês, declarou-a à França, num e noutra caso sem efeitos activos, mas a Espanha reclamou os auxílios de Portugal⁷. *Nessa altura, o governo espanhol entendeu que devia reforçar o exército da Catalunha, advertindo desse facto o gabinete de Lisboa, a quem perguntou – sem invocar qualquer Tratado – se estava nas mesmas disposições hostis, que sempre mostrara, para com a nova ordem de coisas estabelecidas em França, e se queria juntar as suas tropas às de Espanha*. Luís Pinto de Sousa, como costume,

respondeu equivocadamente, dizendo *observar uma rigorosa neutralidade, o que todavia não impedia Portugal de satisfazer, de acordo com a Grã-Bretanha, a tudo quanto estava estipulado nos Art.ºs 3.º e 4.º do Tratado⁸ de Aliança Defensiva de 11 de Março de 1778⁹*, mas logo em 10 de Abril o governo espanhol é informado da decisão portuguesa de entrar na liga contra a França. O governo português, predominantemente composto por elementos afectos à Inglaterra, desejava de facto entrar no conflito e tudo fez nesse sentido.

A decisão estaria mesmo já tomada há algum tempo e a prontidão com que foram assinados, logo a 15 de Julho a *Convenção Provisional¹⁰ entre a Rainha D. Maria I e D. Carlos IV, Rei de Espanha, para mútuo auxílio contra a França*, e a 26 de Setembro, o *Tratado¹¹ entre a Rainha D. Maria I e Jorge III, Rei da Grã-Bretanha, sobre mútuo auxílio e recíproca protecção do comércio¹² de ambas as Nações contra a França¹³*, parecem confirmá-lo. Como se entende a necessidade de novos Tratados, se o anterior servira para nos chamar ao conflito? Parece que apenas porque o antigo não se ocupava de questões de *protecção ao comércio!*

Quero ainda supor que o governo português tenha reflectido que a posição de neutralidade lhe não convinha e que, a da participação activa naquela guerra não comportava graves riscos por ela ter de decorrer longe das nossas fronteiras com a Espanha que, com a França eram, desde sempre, nossos inimigos tradicionais.

Deste modo, e como ainda nesse ano de 1793 entrámos efectivamente em acção militar contra a França, embora sob o disfarce ridículo de que as nossas tropas constituíam apenas uma *divisão auxiliar*, podemos dizer que, para Portugal, a guerra peninsular começou em 1793, isto é catorze anos antes da invasão comandada pelo general Junot (1807). Como se pode ler, a nossa intervenção teve a justificação política na invocação, por parte da Espanha, dos Art.ºs 3.º e 4.º do referido Tratado do Pardo¹⁴, se bem que se deva registar também que a acção ofensiva¹⁵ foi desencadeada pela Espanha que, não acreditando que a guerra pudesse ser longa e aproveitando do efeito surpresa, pretendia exactamente recuperar a província que dela fora destacada, na época de Filipe IV e que formava uma parte do Languedoc, departamento dos Pirenéus Orientais. A justificação política foi a de que acção se integrava num movimento das grandes monarquias europeias contra a França, liderado naturalmente pela Inglaterra, a quem Portugal, como infelizmente quase sempre sucedeu, não se atrevia a dizer que não!

Tudo me leva a crer, portanto, que a cronologia dos acontecimentos e de criação de suportes políticos a justificá-los, foram de concepção inglesa, muito embora tenha também a opinião de que, com maior bom senso, se poderia ter orientado o nosso esforço de guerra numa intervenção mais independente e para benefício próprio, isto é minimizando os efeitos da, guerra de corso¹⁶, por parte da França, através de uma maior utilização dos meios navais de que o País dispunha – aliás sempre objecto de cobiça por parte da França e da Inglaterra – e que, mais tarde, foram eventualmente mal empregues, em apoio das esquadras inglesas¹⁷.

Num estado de total carência de meios, após o fracasso da iniciativa bélica, a Espanha estabeleceu directa e secretamente com a França os preliminares da Paz de Santo Ildefonso, ratificados pelo Tratado de Basileia¹⁸, já com o apadrinhamento do seu primeiro ministro D. Manuel Godoy, Duque de Alcudia, então *promovido a Príncipe da Paz!* Duas consequências se nos apresentam: o nosso Corpo Expedicionário, carecido do elementar, de um momento para o outro, vê-se entre dois inimigos, tendo regressado a Portugal apenas em Dezembro de 1795, com os efectivos reduzidos a cerca de metade; o Tratado de Basileia deixava-nos, obviamente, em guerra declarada contra a França que, logo de seguida, incrementou no mar a frequência das suas acções beligerantes, que já ocorriam desde 1793, com graves prejuízos para Portugal.

O nosso País, não beneficiando do facto de ser aliado da Inglaterra – antes pelo contrário – tinha apenas, como acção possível, o recurso à diplomacia e, sem o desejar, acaba por ter que *encontrar-se* com Godoy que, representando a Espanha, se havia assumido como mediador das relações entre o nosso País e a França. Porém, na prática, o mesmo político condicionava sempre habilmente o exercício de qualquer intervenção a nosso favor, na dependência de uma declaração de que éramos hostis à Inglaterra e, por isso mesmo, ele nunca foi um mediador útil porque, como é óbvio, não era sério nem independente. Em 1796, o ministro Luís Pinto de Sousa, invocando a mesma Convenção que havia servido para nos arrastar para a Campanha do Rossilhão, solicitou à Espanha o apoio naval, nos mares dos Açores, a uma frota que vinha do Brasil. A resposta foi que *a doutrina do Tratado, então invocado, valia apenas no caso da invasão do território e que a paz da Espanha com a França impedia a concessão do auxílio prestado*. Não é necessária nova demonstração do oportunismo do homem que tudo mandava em Espanha. Sem surpresa, ainda

nesse ano (1796) ocorre a assinatura do Tratado de Aliança entre a França e a Espanha¹⁹ e, em Outubro, pressionada pela França, a Espanha declara guerra à Inglaterra²⁰.

Como sabemos, Godoy foi sempre um mestre de duplicidade. Tinha contra ele a opinião pública, havia mantido com a Inglaterra, até então, uma relação *sui generis*, com a presença de um *Comissário inglês* em Madrid, desejava a invasão de Portugal, mas temia-a e, por outro lado, dava sinais, sem qualquer consequência, de parecer fomentar a paz entre o nosso País e a França. Porém, o seu comportamento colocava em desconfiança o próprio governo francês, tanto mais que, como já referimos, o verdadeiro propósito da França era eliminar do quadro político europeu as monarquias reinantes, incluindo a de Espanha e, para tal, teve que conceber um propósito de acção, interessando pessoalmente Godoy em resultados futuros. Em 13 de Maio de 1797, o general Pérignon²¹ havia informado Godoy de que o Directório destinava 30.000 homens à invasão de Portugal²². Este anúncio alarmou o ministro espanhol que, de todo, não desejava as consequências do atravessamento de Espanha por aquelas forças, mas tal conhecimento tornou-se preocupante para Portugal que sentiu o perigo a bater-lhe à porta, mas por terra. Em 10 de Agosto de 1797 a Inglaterra *não autorizou, com ameaça de ocupação militar do Brasil, a ratificação de um tratado de paz e neutralidade que Portugal negociara, com enormes sacrifícios pecuniários, e maiores concessões territoriais no Brasil, directamente com a França!* O primeiro-ministro espanhol começou então a ter de admitir que haveria de ser a Espanha, imediatamente e sem os franceses, a invadir Portugal²³.

De transigência em transigência do governo do Regente, do comportamento equívoco da Inglaterra, das acrobacias políticas de Godoy e de Carlos IV, das relações familiares entre as Casas Reinantes nos países peninsulares, invocadas sempre com oportunismo, e de outras circunstâncias de carácter conjuntural, o certo é que, com a ascensão política de Napoleão, já então Primeiro Cônsul, começa a consolidar-se o projecto de invasão de Portugal, através do protocolo de 6 de Janeiro de 1801, assinado por Lucien Bonaparte e Godoy, confirmado a 29²⁴ pelo *Tratado de Aliança*²⁵ entre D. Carlos IV, Rei de Espanha, e a República Francesa, para a invasão de Portugal, com o fim de obrigar este Reino a separar-se de Inglaterra, e ratificado dias depois por Napoleão. Fomos invadidos pelos espanhóis a 20 de Maio²⁶, terminando a infelicíssima e ridícula *guerra das laranjas*, como se lhe chamou, a 6 de Junho. A

paz resultou da assinatura dos Tratados de Badajoz²⁷ (6.VI), um com a Espanha e outro com a França, – *que formalmente nada tinha com a guerra de 1801!* – negociados com condições onerosas de pagamento por parte de Portugal, dolorosamente marcado pela perda de Olivença, havendo ainda cinco milhões de libras tornesas²⁸, a título confidencial, para Godoy e Luciano Bonaparte²⁹, que, para receberem o *prémio*, ante-dataram o Tratado; o ministro português Luís Pinto de Sousa foi titulado como *Visconde Balsemão* e para a França, o que se encontrava consignado nas *Condições Secretas* do Tratado³⁰, e que, embora pesado, não serviu. Napoleão não o ratificou, talvez por ter achado pouco o que Portugal haveria de pagar. A solução foi a de um novo Tratado, outorgado cerca de três meses e meio mais tarde (29.IX), o de Madrid³¹, com mais encargos³² e cedências territoriais, novamente na Guiana brasileira, cujos limites a França ia fazendo aproximar do rio Amazonas, como era seu inequívoco objectivo³³. A Inglaterra pressionou hipocritamente Portugal para a assinatura deste Tratado de Paz com a França, porque ambos tinham em Londres negociações preliminares para a paz entre si.

O Tratado de Amiens³⁴ (25.III.1802) celebrado entre os dois países, constituiu não mais que uma trégua³⁵ que, assumida como estando-se num quadro de paz geral, proporcionou a Napoleão poder enviar para Portugal, como diplomata, o general Lannes³⁶, cuja presença em Paris o incomodava. Conhecemos bem a história que é longa, como o livro explicita. O “diplomata” conseguiu que Portugal, para ser considerado *país neutro* por Napoleão, assinasse a 19 de Dezembro uma convenção secreta pela qual se comprometia a pagar mais indemnizações à França³⁷ *pelos prejuízos que lhe ocasionávamos pela manutenção do nosso estado de cooperação com a Inglaterra*, mas certamente também *pela imobilização de um exército*³⁸ *que devia invadir-nos*. Era uma nova parcela do escândalo e do preço da nossa sempre proclamada *neutralidade*, que a Inglaterra não ajudava a tornar transparente, antes pelo contrário. Entretanto (20.IV.1805), substituindo o anterior “diplomata” chega a Lisboa, como embaixador em Portugal o general Junot. Trazia como missão procurar cobrar as mensalidades em atraso, observar o terreno, impor o fechamento dos portos, ameaçar o Regente com novas imposições. Viajara via Madrid para acertar com Godoy a invasão de Portugal por forças francesas e espanholas, como veio a suceder. Sabe-se que, *desde 1803, a Espanha ficara reduzida à condição de Estado tributário da França a quem pagava uma renda mensal de*

seis milhões de francos como preço para não ser invadida. As cedências de Godoy à França eram feitas em troca de quê? A resposta é simples.

No dia 27 de Outubro de 1807, foram assinados em Madrid, entre a França e a Espanha, os textos de duas convenções, de que resultaram os Tratados de Fontainebleau³⁹, que definiam a participação militar de cada parceiro na invasão e o previsto desmembramento⁴⁰ e adjudicação dos estados portugueses, com Portugal Continental dividido em três territórios, ficando o Alentejo e o Algarve para D. Manuel Godoy, já *Príncipe da Paz* e que passaria também a ser *Príncipe dos Algarves!*

Tudo o resto se sabe, conduzindo-me portanto a ser breve. A primeira invasão francesa comandada pelo general Junot⁴¹, a Transmigração da Família Real para o Brasil com o apoio dos ingleses a troco da garantia da celebração de um Tratado de Comércio perpétuo e da complementar ocupação militar da Ilha da Madeira até à Paz Geral, a intervenção crescente e intempestiva do exército inglês que, sob a capa do auxílio, e tendo com o nosso território como sólida *testa de ponte*, desejava poder começar a destruir oportunamente Napoleão, a progressiva revolta das populações fomentada pelo clero rural, o tributo de cem milhões de francos imposto ao País e, finalmente, após a derrota dos franceses nos combates, entre 18 e 21 de Agosto de 1808, na Roliça e no Vimeiro, o regresso a França das tropas do derrotado Junot, com armas e bagagens e que, – desculpem-me a ironia – numa grande bandeja de prata, legendada com as palavras *Convenção de Sintra*⁴², levava consigo tudo quanto lhe tinha sido possível roubar. Só faltava na legenda o nome do general inglês que lha *ofereceu*, porque Portugal não foi chamado a dar opinião sobre a prenda, que acabou por ter de pagar!

Como nova calamidade, já em 1809, ocorre a 2.ª invasão comandada por Soult⁴³, que entra pela Galiza, onde se encontrava com o seu Corpo de Exército porque, já então, a França dominava quase completamente a Espanha⁴⁴. Ainda em Valladolid, e antes de partir para a Europa Central, Napoleão gizara a estratégia para esta segunda invasão que, em projecto, e porque ele não conhecia nem Portugal nem os portugueses, *era de execução muito fácil*, pois previa o arranque da operação nos últimos dias de Janeiro, a chegada ao Porto antes de 5 de Fevereiro e a Lisboa antes do dia 16. Esta estratégia era elementarmente errada, embora Napoleão a designasse como *uma bela*

expedição. Não o foi, porque Soult teve que contornar o rio Minho, não passou o Douro e, a partir do Porto, onde chegou (29.III) quase um mês e meio depois do previsto teve de iniciar em Maio, uma dolorosa retirada na qual perdeu 27% dos seus efectivos, sofrendo a última derrota já na Galiza.

Segue-se-lhe Massena⁴⁵ que comandou a 3.^a invasão em Junho de 1810, expedição com sintomas de improvisação e com clara falta de unidade de comando, embora com efectivos de cerca de 80.000 homens, que de pouco lhe serviram. Tendo entrado em força pela Beira-Alta, deixou todo o seu prestígio no Buçaco onde foi batido por Wellesley que veio a fixá-lo nas Linhas de Torres, a partir de onde teve de empreender a retirada total do exército francês. As tropas anglo-lusas, já com o apoio dos revoltados espanhóis e com as pausas próprias do Inverno, perseguiram sistematicamente os invasores que, batidos em sucessivos combates em Portugal e em Espanha, foram sendo escorraçados até à França onde, em 11.4.1814, já em Toulouse, são novamente derrotados, provavelmente no mesmo dia em que Napoleão assinou a sua primeira abdicação. A guerra, em território peninsular, acabou com o assalto a San Sebastian, a 8 de Setembro de 1813, na qual as tropas portuguesas, tal como em toda a campanha e, concretamente em Junho na batalha de Vitória, se distinguiram de modo notável, a ponto de lhes ser concedido colocar a letras de ouro, nas bandeiras dos seus regimentos, a legenda camoniana *“E julgareis qual é mais excelente – se ser do mundo Rei se de tal gente”*⁴⁶.

Fixado o início da guerra na península em 1793 e o seu final em 1813, vinte anos depois do seu começo, resta apresentar uma conclusão.

O Tratado de Paris foi assinado em 30 de Maio de 1814 pelos representantes das grandes potências e, só depois deles, pelo Conde do Funchal⁴⁷, diplomata inteligente, mas reconhecido como obececado anglófilo e que sempre agiu a mando da Inglaterra⁴⁸. Verificou-se a incorrecta defesa dos interesses de Portugal, facto de que a História é rica quanto a situações idênticas, porque isso sempre sucedeu de cada vez que a Inglaterra chamou a si (ou lhe confiaram) essa representação. No Congresso de Viena, terminado em 1815, o Tratado ali assinado com a Inglaterra, a 22 de Janeiro desse ano, deixou-nos a consolação – talvez a única – de ter sido posto termo ao célebre Tratado de Aliança e Comércio com carácter perpétuo, anteriormente referido.

Sem qualquer benefício, fomos as grandes vítimas da guerra da península, pois que, num balanço não exaustivo, há minimamente a registar: as indemnizações de toda a ordem que, pela *neutralidade*, pagámos à França e aos seus muitos influentes corruptos, incluindo neles o espanhol Godoy; as benesses concedidas à Inglaterra, começando pelas decorrentes da Transmigração⁴⁹ até à das permitidas pelos articulados dos três escandalosos Tratados outorgados no Brasil⁵⁰ e que foram a ruína dos nossos comércio e indústria; os juros, não quantificados, que pagámos aos ingleses pelos apoios financeiros, para além das vergonhosas condições de disciplina das amortizações, escandalosamente registando-se mesmo uma cláusula que estabelecia que a taxa da operação seria a combinar posteriormente..., o que houvemos de pagar pelo apoio militar no continente, embora este só concretizado quando a Inglaterra achou nisso conveniência para si própria; acrescentamos ao rol das desgraças, para além do não quantificável que foi roubado aos particulares, conventos e igrejas, as perdas territoriais ocorridas no Brasil e a cidade de Olivença, que nunca recuperámos, apesar dos Tratados que o impunham; e finalmente os efeitos directos e indirectos consequentes do registo de mais de 100.000 mortos, como resultado dos combates, da acção da guerrilha, dos saques, dos desastres colectivos, dos decorrentes da gravíssima penúria alimentar e das epidemias trazidas pelas tropas invasoras.

A França, vencida, teve de pagar aos vencedores a título de indemnizações de guerra a quantia de 700 milhões de francos, de que Portugal viria receber apenas dois! Em perdas marítimas, subornos, prendas, jóias, diamantes do Brasil, taxas de guerra, impostos abusivos, indemnizações pela neutralidade, benefícios aduaneiros, e outros não mencionadas, tivemos com a guerra peninsular um prejuízo que calculo haver sido da ordem dos 350 milhões de francos!

É no somatório de tudo isto que se consubstancia o meu doloroso retrato do que foi a guerra peninsular que, no seu desenvolvimento político-militar, à força e durante duas décadas, fez girar a vida nacional no turbilhão dos interesses inconfessáveis de dois gigantes, que na Espanha encontraram um serventário ao seu nível de oportunismo. A Inglaterra, a França e a Espanha constituíram-se, entre 1793 e 1815, como os grandes inimigos de Portugal, como o livro, com outro nível de informação e mais detalhadamente, pretende largamente confirmar.

Notas

¹ *Dicionário da História de Portugal*, dir. Joel Serrão, na "entrada" *Peninsular, Guerra* refere-se 1807/1813.

² Manuel Pinheiro Chagas, *História de Portugal*, vol. XI, II, 85. O Tratado entre a Espanha e a Inglaterra, daí resultante, veio a ser assinado em Aranjuez em 25 de Maio desse ano.

³ Ângelo Ribeiro, *História de Portugal*, dir. Damião Peres, VI, XII, 265.

⁴ Muito embora, de facto, já a exercesse em nome da mãe desde 10 de Fevereiro de 1792. Assumiu-a formalmente desde 15 de Julho de 1799 até 1816, ano da morte da rainha ainda no Brasil.

⁵ Desde 15 de Novembro de 1792.

⁶ Pedro Soares Martínez, *História Diplomática de Portugal*, 2.ª ed. Editorial VERBO, Lisboa, ref.ª 107, pág. 208.

⁷ José de Almada, MNE, *A Aliança Inglesa, Subsídios para o seu estudo*, ed. Imprensa Nacional de Lisboa, 1946, I, 135.

⁸ Tratado do Pardo, ref.º em nota n.º 15.

⁹ Manuel Pinheiro Chagas, cf. *ob. cit.* nota n.º 5, XI, II, 119.

¹⁰ Borges de Castro, *Collecção ...*, IV, 10 ss.

¹¹ Borges de Castro, *Collecção ...*, IV, 18 e ss.

¹² O aspecto relativo à protecção do comércio faz parte de todos os Tratados de Aliança celebrados com a Inglaterra, pelo menos a partir de 1642.

¹³ Ângelo Ribeiro, cf. *ob. cit.* nota n.º 2, VI, XII, 266.

¹⁴ Borges de Castro, *Collecção ...*, III, 268 e ss.

¹⁵ General Ferreira Martins, *História do Exército Português*, ed. INQUÉRITO, Lisboa, 1945, 197, refere que, na Campanha do Rossilhão, a Espanha pretendia recuperar a província destacada da Espanha na época de Filipe IV e que formava então uma parte do Languedoc, departamento dos Pirenéus Orientais.

¹⁶ As presas dos franceses eram levadas para portos espanhóis e Godoy, chamado a defender-nos, justificou-se alegando que as presas o haviam sido sem quebra de justiça e que os pactos com a Inglaterra e a Espanha para fornecimento de uma esquadra e duma divisão auxiliar constituíam uma declaração de hostilidade à França!

¹⁷ Entre outras situações, destaca-se pela sua importância, a nossa intervenção naval em Alexandria, contra os franceses e depois no bloqueio de Malta. A indignação de Bonaparte

por essa participação foi de tal ordem que, na Ordem do Dia ao exército do Oriente declarava: *Virá o tempo em que a nação portuguesa chorará com lágrimas de sangue a ofensa que praticou para com a República Francesa.*

¹⁸ Registe-se que por este Tratado de Basileia de 22 de Julho de 1795, subscrito pela Convenção e por Carlos IV, a Espanha cedeu à França, a parte oriental da ilha de S. Domingos, (a parte ocidental já lhe pertencia) cedência que mais tarde, Portugal haveria de ser convidado a *compensar* com parte do seu território no continente, segundo a concepção e promessa francesas, e constantes das cláusulas secretas do Tratado de Basileia, cf. José Acúrsio das Neves, *História Geral das Invasões dos Franceses em Portugal*, 36. A ilha corresponde ao território actual da República do Haiti.

¹⁹ O Tratado de Santo Ildefonso, assinado a 18 de Agosto de 1796, no Art.º 4.º estipula *que a Espanha use da sua influência para obrigar Portugal a fechar os seus portos aos ingleses e a França obriga-se a mandar para a Espanha as forças necessárias*, cf. José de Almada, *ob. cit.* nota n.º 12.

²⁰ Entretanto, a 17 de Setembro desse ano, Portugal havia decretado a *neutralidade* a observar nos nossos portos, face ao conflito europeu.

²¹ Embaixador em Madrid após a Campanha do Rossilhão, permanecendo na capital espanhola até finais de 1797. Negociou em 1796 o Tratado de Santo Ildefonso, entre a França e a Espanha, referido na nota de fundo de página n.º 22.

²² Por convenção secreta franco-espanhola, caso Portugal não abdicasse do tráfego inglês nos seus portos. Por isso mesmo e talvez como resposta, logo em Junho chega a Lisboa um contingente de 6.000 militares ingleses, vindos de Ferrara e da Ilha de Elba, acompanhados de 22 navios de apoio da esquadra do Almirante Jervis. O comando supremo do socorro inglês foi entregue ao comando do marechal de campo Sir Charles Stuart que, a partir de Agosto de 1797, começou a organizar o exército português, assumindo o comando da frente marítima de Lisboa.

²³ Curiosamente, *Talleyrand* desaconselhava Napoleão a apoiar esta operação porquanto em seu entender a dominio de Portugal redundaria de imediato e exclusivamente em proveito das ambições pessoais de D. Manuel Godoy. Por outro lado, a Inglaterra seria tentada a ocupar o Brasil, para que daí se envolvesse em agressora da América Espanhola, o que havia de causar certamente na Corte de Madrid desagrado contra o governo francês. *Talleyrand*, nos seus relatórios ao Primeiro Cônsul acabava sempre por desaconselhar a efectiva ocupação do nosso País. A sua larga compreensão do ambiente e das combinações internacionais encontrou a resistência do Primeiro Cônsul decidido a manter o prestígio da França e, mais do que isso, a ambição dominadora", cf. Ângelo Ribeiro, *ob. cit.* nota n.º 2, VI, XII, 280.

²⁴ Assinado por Pedro Cevallos e Lucien Bonaparte, embaixador da França em Madrid.

²⁵ Borges de Castro, *Collecção ... Suplemento*, IV, 521 e ss.

²⁶ A guerra a Portugal foi declarada por Carlos IV em 27 de Fevereiro de 1801, recusando-se a Inglaterra a enviar forças para Portugal, que tinham sido sucessivamente solicitadas em

Agosto de 1800, em Janeiro e Fevereiro de 1801 e finalmente em 30 de Abril de 1801, atitude inglesa que causou *estranheza e perplexidade*. Nestas circunstâncias e abandonado pelo seu aliado, Portugal declarou guerra à Espanha em 4 de Maio do mesmo ano.

²⁷ Borges de Castro, *Collecção ...IV*, 128, ss. Portugal perdeu Olivença (Art.º 3.º do Tratado).

²⁸ Libra tornesa (esta designação provém da circunstância de certas moedas terem sido cunhadas em Tours) era uma moeda de conta representando o valor de uma libra de prata, cf. *Petit Larousse Illustré*, 1923, 565. Pinheiro Chagas refere-a como tendo, na época, a cotação de 160 réis. Acabou por confundir-se, também na época, com o franco francês.

²⁹ *Pour le Traité de Toscane, j'ai reçu vingt beaux tableaux de la Galerie de Retiro pour ma galerie et l'on fait monter cent mille écus de diamants pour moi, j'en recevrai autant pour la paix du Portugal – signé L.B.* cf. *ob. cit.* por A. Savine, *L'Abdication de Bayonne*.

³⁰ Pelo primeiro ficámos sem Olivença e pelo segundo aceitámos que a fronteira da Guiana Francesa com o Brasil se fixasse no rio Arawari, isto é, mais a sul do que a existente, embora esta já em discussão. As *Condições Secretas* no seu Art.º 1.º obrigavam Portugal a pagar à França quinze milhões de libras tornesas, sendo metade em dinheiro e metade em diamantes. Na realidade, para contemplar os negociadores, haveríamos de pagar vinte milhões de libras tornesas, sendo cinco milhões destinados a presentes pessoais!

³¹ Borges de Castro, *Collecção ...IV*, 144, ss. Nas *Condições Secretas*, a indemnização passa a vinte milhões, a fronteira da Guiana para o rio Carapanatuba, e surge o esboço de um regime aduaneiro especial para a França, não se falando evidentemente nos cinco milhões de donativos.

³² Entre eles havia o compromisso de serem fechados aos ingleses os portos nacionais.

³³ Vd. meu *O Brasil e a Fronteira da Guiana Francesa – Notas Históricas*, ed. Academia Portuguesa da História, Lisboa, 2002.

³⁴ Assinado entre a Inglaterra e a França. Os preliminares foram assinados em Londres a 1 de Outubro de 1801. *As condições surpreenderam os países fracos, convencidos de que se lutara pela liberdade*, cf. José de Almada, *ob. cit.* nota n.º 12, I, 153. No Art.º 6.º desse protocolo previa-se a integridade dos territórios e possessões portuguesas e a doutrina desse artigo parecia mostrar que a Inglaterra cuidava de garantir os direitos dos portugueses a Olivença e à parte da Guiana arrebatadas pelo Tratado de Madrid. Um artigo secreto, porém, sancionava a extorsão dos mencionados territórios. O Tratado de Amiens não deixou de corroborar a disposição desse artigo secreto!

³⁵ A ruptura da paz ocorreu a 18 de Maio de 1803.

³⁶ Veio a ser o mais ilustre Marechal do Império! Chegou a Lisboa a 2 de Maio de 1802.

³⁷ Dezasseis milhões de libras tornesas, em 16 prestações mensais, um regime aduaneiro especial para a França e ainda um milhão para ele próprio! É estabelecido um novo regime aduaneiro para os produtos franceses, em igualdade com o existente *para com as Nações mais favorecidas*.

³⁸ Pretendia então a França, concretamente, uma indemnização suplementar de doze milhões de libras tornesas para cobrir o custo da concentração de 15.000 homens em Baiona.

³⁹ De acordo com esta convenção Madrid colaborou com forças militares, tendo entrado com Junot cerca de 20.000 castelhanos. A Divisão espanhola comandada por D. João Caraffa, uniu-se às forças de Junot em Alcântara; veio a ser dispersa por várias guarnições em Lisboa, Setúbal, Sesimbra, Mafra e Santarém. A Divisão comandada pelo Tenente-General D. Francisco Solana concentrou-se em Badajoz e destinou-se à ocupação do Alentejo e Algarve, o *Principado do Algarve*, destinado a Godoy. A Divisão comandada pelo Tenente-General D. Francisco Taranco, com 10.000 homens, entrou em Portugal por Tuy e Valença do Minho e estacionou no Porto e no Minho. Os soldados eram todos potenciais desertores.

⁴⁰ O projecto envolvia Portugal Continental, Ilhas e Colónias.

⁴¹ Jean Andoche Junot, General. *Foi-lhe concedido o título de Duque de Abrantes por Napoleão para a compensar dos serviços militares que lhe prestara*, cf. refere J. Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, ed. VERBO, VII, 32.

⁴² Há uma *convenção para a suspensão de armas*, entre os exércitos inglês e francês, assinada em Sintra, pelos generais Arthur Wellesley e François Kellermann, a 22 de Agosto de 1808 e uma *convenção definitiva*, entre os mesmos exércitos, *para a evacuação de Portugal pelo exército francês*, com a data de 30 de Agosto de 1808, esta assinada pelo general inglês George Murray, pelo mesmo Kellermann e ratificada por Junot, dito Duque de Abrantes. Vd. Borges de Castro, *Collecção...Suplemento*, IV, 536.

⁴³ Nicolas Jean de Dieu Soult, Duque da Dalmácia, Marechal do Império.

⁴⁴ É certo que, em 6 de Maio de 1808, tivera início a sublevação do povo espanhol contra franceses, isto depois da abdicação forçada de Carlos IV, imposta por Napoleão, e da nomeação do irmão deste, José Bonaparte como Rei de Espanha. Também para os espanhóis, o estado de guerra só terminou em 1814.

⁴⁵ Duque de Rivoli e Príncipe d'Essling, Marechal do Império.

⁴⁶ General Ferreira Martins, *História do Exército Português*, ed. Editorial INQUÉRITO, Lisboa, 1945, 291. Na mesma página lê-se a afirmação constante de uma carta do Marechal Beresford para o Príncipe Regente, de que, na opinião expressa pelos generais dos exércitos aliados, *não há melhor infantaria na Europa, no dia de hoje, do que a do Exército Português*.

⁴⁷ D. Domingos de Sousa Coutinho, Ministro de Portugal em Londres à data da negociação dos Protocolos referidos na nota de fundo de página n.º 40.

⁴⁸ No entanto, não deve deixar de referir-se que o Conde do Funchal, remeteu a todos os diplomatas Plenipotenciários aliados, bem como ao Plenipotenciário francês, antes da assinatura do Tratado de 30 de Maio de 1814, uma declaração em que dizia, *que cedendo à consideração da impossibilidade de contactar a sua Corte e de demorar de um modo indefinido uma obra tão saudável como a conclusão da Paz com a França, não entende pela inserção*

do Art.º X *desistir em nome da sua Corte do limite do Oyapoc* (isto é do rio cuja embocadura é situada no oceano entre o 4.º e 5.º grau de latitude setentrional entre as duas Guianas Portuguesa e Francesa) *que lhe é prescrito de uma maneira absoluta e sem interpretação ou modificação nas suas instruções*, já como direito reconhecido pelo Tratado de Utrecht, já como indemnização pelas reclamações de Portugal contra a França, cf. Borges de Castro, *Collecção...IV*, nota 1, 486/7.

⁴⁹ Convenção Secreta de 22 de Outubro de 1807, entre o Príncipe Regente, o Senhor D. João e Jorge III, da Grã Bretanha, sobre a transferência para o Brasil da sede da Monarquia Portuguesa e a ocupação temporária da Ilha da Madeira, pelas tropas britânicas, cf. Borges de Castro, *Collecção... Suplemento*, IV, 236 e ss. A informação sobre este complexo processo completa-se com a leitura de textos com interesse, nas páginas 255 e seguintes, da obra e volume citados.

⁵⁰ Foram particularmente lesivos os Acordos entre os anteriores Príncipe e Rei a seguir referidos: Tratado de Aliança e Comércio de 28 de Fevereiro de 1809; Convenção sobre um empréstimo de 600.000 libras esterlinas de 21 de Abril de 1809, ratificada por Portugal a 2 de Agosto e pela Inglaterra a 28 de Outubro. Este apoio financeiro teve o suporte de garantias vergonhosas, não sendo perceptível do texto observado qual a *taxa da operação*. No Art.º II consta que S.A.R. o Príncipe Regente de Portugal *obriga-se a pagar os juros deste empréstimo pelo preço que for acordado*. Constituíram garantias a *porção do rendimento da Ilha da Madeira necessária à liquidação da amortização e juros*, e como segurança adicional, *o penhor mercantil do pau-brasil vendido em Inglaterra, para onde o Brasil se obrigava a mandar vinte mil quintais deste produto por ano, até a extinção do empréstimo, pago em semestralidades, com datas fixadas em 2 de Abril e 5 de Outubro*. Como nota final a este Protocolo de financiamento, em Artigo separado, constava que *fica entendido que os adiantamentos pecuniários que foram feitos por Sua Majestade Britânica a Sua Alteza Real, desde a sua partida para o Brasil, serão reembolsados a Sua Majestade Britânica, fora do dito empréstimo*. O Brasil tinha-se tornado uma colónia britânica e o Tratado de Comércio e Navegação, de 19 de Janeiro de 1810, não fez senão confirmá-lo, tal como o Tratado de Aliança e Amizade, da mesma data. Vd. Borges de Castro, *Collecção... Suplemento*, Vol. IV, de página 286 a 396 e ss.

Braga, 30 de Outubro de 2007.





